

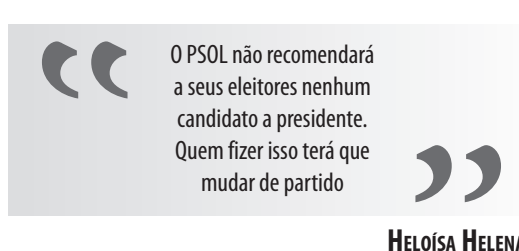
SENADORES AVALIAM AS ELEIÇÕES

Dez senadores discutiram ontem em Plenário os resultados das eleições – que tiveram o menor índice de abstenção na história do país – e fizeram recomendações para o debate no segundo turno da disputa presidencial. **Páginas 4 a 6**



IDELEI SALVATTI

“ Os campeões de votos para o Senado são do PT, que também obteve 15,01% dos sufrágios para deputado federal em todo o país ”



HELOÍSA HELENA

“ O PSOL não recomendará a seus eleitores nenhum candidato a presidente. Quem fizer isso terá que mudar de partido ”

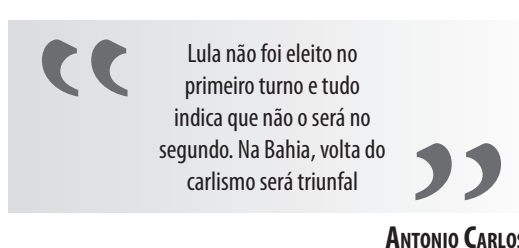


Márcia Kallum



ROBERTO SATURNINO

“ Debate sobre concentração da renda no país pode esclarecer os eleitores sobre diferenças de pontos de vista entre candidatos ”



ANTONIO CARLOS

“ Lula não foi eleito no primeiro turno e tudo indica que não o será no segundo. Na Bahia, volta do carlismo será triunfal ”

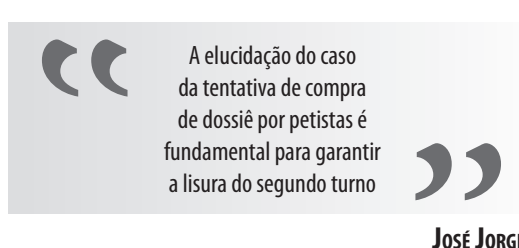


Roosevelt Pinheiro



EDUARDO SUPLICY

“ Candidatos a presidente devem fazer debate de alto nível, discutindo propostas e programas para melhor construção do Brasil ”



JOSÉ JORGE

“ A elucidação do caso da tentativa de compra de dossiê por petistas é fundamental para garantir a lisura do segundo turno ”

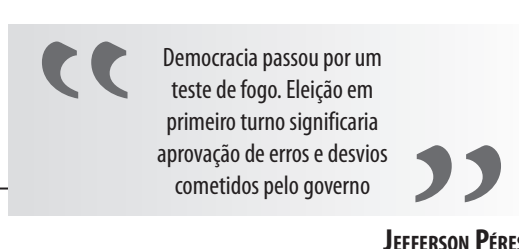


Roosevelt Pinheiro



MARCO MACIEL

“ Os brasileiros não se omitiram. Temos o terceiro maior eleitorado do mundo, e não deixamos de continuar aprimorando a democracia ”



JEFFERSON PÉRES

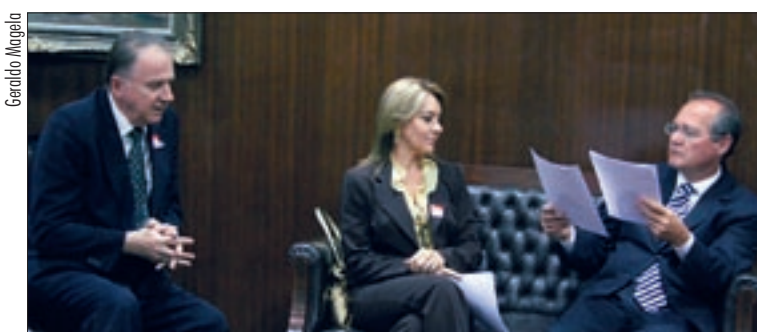
“ Democracia passou por um teste de fogo. Eleição em primeiro turno significaria aprovação de erros e desvios cometidos pelo governo ”



Roosevelt Pinheiro

Secretários estaduais debatem o Supersimples com Renan

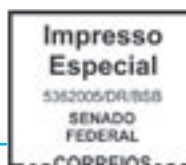
O presidente do Senado, Renan Calheiros, discutiu ontem aspectos do projeto do Supersimples com secretários estaduais e municipais. **Página 3**



Renan (D) conversa com Paulo Ziulkoski, da confederação dos municípios, e Lina Vieira

Relatório sobre Suassuna vai ser lido hoje

Jefferson Péres confirma leitura para hoje. Suassuna critica “setores da imprensa” e “triste papel” de alguns membros da CPI. **Página 8**



Devolução do IR deverá ser feita no mesmo ano da declaração

Comissão de Assuntos Econômicos aprova projeto que obriga governo a devolver no mesmo ano o Imposto de Renda Pessoa Física retido a mais. **Página 7**



Senadores da CAE também aprovaram operação com a Nigéria e empréstimo ao Pará

Célio Azevedo

Preocupação mundial com progresso científico para fins pacíficos será tema da hora do expediente de 8 de novembro

Célio Azevedo



Decisão da CE visa celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento

Senado homenageia a ciência a serviço da paz e do bem comum

O Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento será o tema da hora do expediente da sessão de 8 de novembro. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Educação (CE), ao aprovar requerimento apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, vinculada à CE.

De acordo com o senador, a comemoração tem o objetivo de fortalecer a “preocupação pública com o papel da ciência para as sociedades sustentáveis e pacíficas”, além de promover a solidariedade nacional e internacional ao chamar a atenção para “os desafios do progresso científico orientado para o bem comum”.

A iniciativa foi enaltecida por Roberto Saturnino (PT-RJ), que destacou o papel desempenhado pelos pesquisadores brasileiros,

cujo talento, disse, é elogiado em vários países. Por isso, na sua opinião, nada mais justo que o Congresso Nacional prestar essa homenagem em nome da sociedade brasileira.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também elogiou a iniciativa de Arns e recordou que o projeto de sua autoria (PLS 173/06), criando o Dia Nacional do Pesquisador, está pronto para ser apreciado pela CE. O presidente da comissão, Wellington Salgado (PMDB-MG), anunciou que a proposta deverá ser votada na próxima reunião do colegiado.

A CE acolheu ainda o projeto (PLC 44/06) que denomina Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes a obra a ser construída no trevo entre as rodovias BR-116 e RJ-130, em Teresópolis (RJ). A proposta contou com parecer favorável de Roberto Saturnino.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão deliberativa do Senado começa às 14h

O Plenário do Senado realiza sessão deliberativa a partir das 14h. Entre as matérias em pauta está o projeto que dispõe sobre o Estatuto

Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, conhecido como Supersimples (PLC 100/06). A matéria, que tramita em regime

de urgência, aguarda deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde é relatada pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Assuntos Sociais examina acesso de trabalhador autônomo ao FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza reunião hoje, às 9h30, para analisar uma pauta de 15 itens. Entre os projetos em discussão está o que prevê o acesso dos trabalhadores eventuais e autônomos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Também deve

ser analisada a proposição que visa permitir ao trabalhador utilizar os recursos depositados em sua conta vinculada ao FGTS na instalação de microempresa. Os trabalhos do colegiado serão realizados na sala 9 da Ala Alexandre Costa.

Comissão de Orçamento define cronograma de votações

Os representantes das lideranças dos partidos que integram a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizam encontro às 14h, para elaborar o cronograma de

tramitação dos projetos de lei do Orçamento de 2007 e de revisão do Plano Plurianual para o período 2004/2007. A reunião ocorre na sala da presidência da CMO. Em segui-

da, os integrantes do colegiado têm reunião marcada no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, para discutir e votar proposições que aguardam deliberação.



Comissão do Salário Mínimo vota relatório final

A Comissão Mista Especial do Salário Mínimo reúne-se, a partir das 10h, para votar o relatório final sobre a proposta do colegiado para uma política permanente de reajuste anual do salário mínimo. A reunião acontecerá na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

Anistia a dívidas agrícolas em análise na CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz reunião, às 11h30, para analisar oito projetos. Entre as proposições está a que anistia os pequenos produtores, atingidos por secas ou excesso de chuvas, que contrataram empréstimos de até R\$

35 mil. A proposta também estende o prazo para pagamento de outras dívidas rurais. Na reunião deverá ser analisado projeto que estabelece normas para a mineralização do solo com o objetivo de melhorar a qualidade dos alimentos.



CPI dos Sanguessugas

Os integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas se reúnem hoje, às 10h. Em pauta, mais de 130 requerimentos incluindo pedidos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, além de convocação de depoentes.

Conselho de Ética

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo disciplinar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), deverá apresentar seu relatório ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar em reunião marcada para as 10h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Efraim Moraes



No discurso, Paim também agradeceu aos gaúchos pelo apoio na campanha eleitoral

Paim manifesta pesar pela morte dos passageiros da Gol

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou sua solidariedade aos familiares das 155 vítimas do acidente aéreo com o Boeing 737-800 da Gol, que caiu na sexta-feira, na divisa de Mato Grosso com o Pará. Paim destacou que, entre os passageiros do voo 1907, havia dez gaúchos.

– O país inteiro continua perplexo. Lamento todas as mortes e encaminho meu voto de pesar por todos. Não podemos fazer nenhum julgamento precipitado, mas nos parece que um erro cometido pelo jato menor [Legacy], que mudou de altitude e atingiu o Boeing, foi fatal para 155 brasileiros – disse.

O parlamentar também fez uma análise do processo eleitoral. Ele agradeceu ao povo do Rio Grande do Sul pela forma como foi recebido ao longo da campanha nas 60 cidades que visitou, expressando seu apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aos demais candidatos do Partido dos Trabalhadores.

Paim elogiou as discussões feitas sobre temas como igualdade racial, Estatuto do Idoso, salário mínimo, fim do fator previdenciário, Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep) e da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, secretários de Tributação dos estados e de Finanças das prefeituras questionam pontos do Estatuto da Microempresa

Secretários temem queda de arrecadação com Supersimples

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem em seu gabinete secretários de Tributação de estados e de Finanças de prefeituras para debater alguns pontos do projeto do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (PLC 100/06) – conhecido como Supersimples – que poderiam prejudicar arrecadação estadual e municipal. O projeto tramita em regime de urgência e consta da pauta do Plenário.

A secretária de Tributação do Rio Grande do Norte, Lina Maria Vieira, disse que o objetivo do encontro foi conciliar os interesses dos estados e municípios com os dos pequenos empresários, para que os entes federativos mantenham “condições de sobreviver”, mesmo com a redução de alíquotas para



Em reunião com Renan, secretários buscam amenizar impactos da redução de impostos

o setor produtivo.

Um dos pontos que Lina quer que o Senado reconsidere no projeto é a concessão de isenção para as empresas da contribuição do salário-educação, uma vez que, frisou, a medida traria redução de R\$ 1,6 bilhão para investimento em educação.

Os secretários também pediram apoio para o PLS 68/06, que adia a vigência de um artigo

da Lei Kandir, que eliminou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações. O projeto adia de janeiro de 2007 para janeiro de 2011 a autorização para que as empresas possam abater do Imposto de Renda o ICMS embutido no preço das mercadorias compradas para uso e consumo próprio e nas contas de energia elétrica e de telefone.

Heráclito lamenta queda de avião e cobra recursos para as agências

Ao se referir à queda do avião da empresa aérea Gol, que vitimou 155 pessoas no último dia 29, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou ontem, em Plenário, que o “triste acidente” foi resultado de fatalidades e circunstâncias. O senador classificou de “infeliz coincidência” o fato de o Boeing 737-800 e o jato Legacy terem se encontrado no espaço aéreo.

Heráclito criticou o atual governo federal por contingenciar recursos destinados para as agên-

cias reguladoras, em especial a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O senador também reclamou do contingenciamento de recursos para a Infraero, para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

– A Aeronáutica só pode modernizar seus equipamentos se tiver dinheiro – alertou.

O senador cobrou explicações do governo federal em relação a cortes de verbas e questionou



Corte de recursos destinados a agências reguladoras foi criticado por Heráclito

a razão de o Executivo manter retidos recursos previstos para as agências reguladoras brasileiras. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também comentou o acidente aéreo.



Pavan propõe isenção de IPI na compra de motocicleta para transporte de passageiro

Pavan pede apoio a projeto que favorece mototaxistas

Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu apoio para a aprovação do projeto de sua autoria, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a compra de motocicletas a serem usadas no transporte de passageiros por mototaxistas. Ele informou que o texto (PLS 28/04) foi remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), para julgamento de sua constitucionalidade.

O senador disse ter assumido compromisso com os mototaxistas em sua campanha à eleição para o Senado e que gostaria de vê-lo cumprido antes de se afastar do cargo.

Em aparte, Suplicy observou ter apresentado parecer favorável, acrescentando que a matéria precisa apenas de “alguns reparos” para ficar de acordo com o que estabelecem a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de definir os cuidados necessários para a segurança dos passageiros.

Pavan declarou ter sancionado projeto similar em sua gestão como prefeito de Camboriú (SC). Salientou ainda ser autor de projeto que isenta de IPI peças e equipamentos de ônibus para transporte coletivo.



Agaciel Maia (D) destaca intensa participação de servidores do Senado na campanha

Doações de sangue no Senado superam expectativas

O primeiro dia da campanha de doação de sangue no Senado superou as expectativas dos organizadores: o número de interessados em doar ultrapassou a previsão dos coordenadores. Iniciada ontem e realizada pelo Programa de Responsabilidade Social do Senado em parceria com o Hemocentro, a campanha termina hoje.

No ano passado, foram feitas 80 inscrições para doação, mas somente 60 bolsas foram cole-

tadas. De acordo com a chefe do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional, Denise Costa Lisboa, isso acontece porque os doadores passam por uma triagem para assegurar a qualidade do sangue.

Para a assistente social do Hemocentro e coordenadora de captação de doadores, Verônica de Andrade, a campanha está sendo um sucesso. A previsão, disse, é estender para três dias o prazo de coleta em 2007.

– O importante é fidelizar o doador e proporcionar qualidade de vida ao paciente – afirmou.

Para o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, que doou sangue ontem, “a intensa participação dos servidores é motivo de alegria, por se tratar de uma política de cidadania e respeito aos que necessitam”.

A coleta está sendo feita no estacionamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), das 8h às 12h.

Em Plenário, Ideli elogia eleitores, Antonio Carlos critica Lula, Saturnino cobra debate, José Jorge e Tebet exigem explicações sobre caso do dossiê

ACM: Lula venceu na Bahia com “dinheiro do governo”

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que, embora o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha vencido as eleições na Bahia, com a vitória de Jaques Wagner (PT) para governador e de João Durval (PDT) para senador, derrotando os candidatos do PFL, o “carlismo vai voltar”.

– Lula não foi eleito no primeiro turno e tudo indica que não o será no segundo – frisou ele, acrescentando que haverá a “volta triunfal do carlismo”.

O senador pela Bahia afirmou que a vitória dos candidatos apoiados pelo presidente ocorreu porque “se jogou muito dinheiro do governo no estado”. E, ao criticar o governo federal, mencionou os diversos escândalos que ocorreram durante a gestão de Lula, desde o caso de Waldomiro Diniz, então assessor do ministro da Casa Civil, José Dirceu, até o recente episódio do dossiê que seria utilizado contra José Serra (PSDB), governador recém-eleito do estado de São Paulo.



Antonio Carlos diz que “o carlismo vai voltar”

– Ele [Lula] diz que não sabia de nada. Se não sabe de nada, é porque é cego. Se é cego, não pode ser presidente da República – argumentou Antonio Carlos.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que Antonio Carlos, ao se referir a Lula, vem se utilizando, “muitas vezes, de adjetivações que beiram a ofensa”. Para Suplicy, “o uso de palavras tão ofensivas às vezes acaba atrapalhando”.

José Jorge cobra explicação do caso do dossiê

O senador José Jorge (PFL-PE) – candidato a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin – disse ontem que a elucidação do caso da tentativa de compra por emissários petistas de um dossiê contra candidatos do PSDB é fundamental para que seja garantida a lisura do segundo turno da eleição presidencial. Segundo o senador, se o presidente Lula tivesse interesse em descobrir a verdade sobre o assunto, bastaria ter perguntado a auxiliares seus.

– Um dos envolvidos, o Freud Godoy, era seu assessor pessoal e tinha assento em uma sala no Palácio do Planalto. O outro, Jorge Lorenzetti, era usuário habitual da churrasqueira de Lula e ocupava o cargo de analista de risco e mídia da campanha para a sua reeleição – afirmou José Jorge.

Para o senador, quando forem descobertos os responsáveis, não restarão dúvidas do envolvimento do PT e do comitê de reeleição de Lula. José Jorge frisou não acreditar que o senador Aloizio Mercadante



José Jorge vê envolvimento do PT e do comitê de Lula

te (PT-SP) tenha participação na trama.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou Alckmin e José Jorge por não terem desanimado diante das pesquisas eleitorais adversas. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o caso do dossiê seja esclarecido esta semana para que a campanha do segundo turno possa ser pautada na discussão de propostas para o país.

Ideli agradece votação expressiva obtida pelo PT

A líder do PT no Senado, Ideli Salvati (SC), agradeceu ontem aos eleitores brasileiros pelo grande número de votos dirigidos aos candidatos petistas na eleição de domingo. Ideli destacou especialmente os recordes nacionais de 8,9 milhões de votos, em termos absolutos, conquistado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o percentual de 88,76% alcançado na reeleição do senador Tião Viana (PT-AC). Ela comemorou também a maior votação para deputado obtida no país pelo PT.

– Foram exatamente 15,01% dos votos para deputado federal e isso nos enche de orgulho porque não é um resultado de agora, mas que se mantém pelo menos nas três últimas eleições – disse.

Ideli elogiou ainda os eleitores pela manifestação “clara e contundente” de sua vontade nas urnas, contrariando argumentações, muitas vezes veiculadas na imprensa, conforme lembrou, segundo as quais o povo brasileiro seria desqualificado e ignorante, e, portanto, passível de



Ideli destaca recordes de Suplicy e Tião Viana

ser comprado por programas assistenciais como o Bolsa Família.

– Quando a tendência do voto ou quando a maioria da manifestação do voto do povo brasileiro não está de acordo com o que determinados segmentos ou partidos ou candidaturas desejam, então é o povo que não sabe votar, o povo que está sendo ludibriado, vendido, aliciado – reclamou a senadora.

Povo tem que saber a verdade, afirma Tebet

Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu união nacional, depois do segundo turno das eleições, em torno de um projeto nacional de desenvolvimento, “comandado pelo presidente que for eleito”. Ele se disse atônito com os fatos que ocorreram antes do primeiro turno e saudou a existência do segundo turno, para que o brasileiro “possa perceber as imoralidades” divulgadas.

– A cada 24 horas tínhamos novidades. E o povo tinha de saber a verdade. Não é possível as coisas acontecerem dentro da própria casa e não ter ninguém na cadeia. A pessoa é suspensa da coordenação da campanha, mas continua na presidência do partido. Esse é um jogo difícil e nunca vai valer tanto o segundo turno como agora.

Com a voz embargada pela emoção, ele se despediu de Heloísa Helena (PSOL-AL), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), cujos mandatos terminam em 31 de janeiro.

Tebet saudou a eleição de André Puc-



Tebet pede união nacional pelo desenvolvimento

cinelli (PMDB) para governador de Mato Grosso do Sul, tendo como vice Murilo Zauith (PFL). Enalteceu também a eleição da Marisa Serrano (PSDB) como primeira senadora do seu estado.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) observou que uma coligação idêntica (PMDB-PFL-PSDB) em Santa Catarina foi vitoriosa em 249 municípios.



Saturnino comenta estudo do BNDES

Saturnino quer debate sobre concentração de renda

Ao comentar estudo divulgado pelo BNDES que demonstra o aumento da renda *per capita* dos extratos mais pobres da população brasileira durante os quatro anos do governo Lula, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que deve ser dada prioridade à discussão sobre a concentração de renda no Brasil no segundo turno da campanha para presidente da República.

Na avaliação de Saturnino, o modelo

concentrador de renda adotado no Brasil nos governos de Fernando Henrique Cardoso e nos anteriores, que, segundo o senador, condicionava a distribuição dos frutos do trabalho ao prévio crescimento da economia, deixou de operar a partir do início da administração petista em 2003.

Essa alteração na forma de gerir o país ocorrida nos últimos quatro anos, frisou o senador, apontaria para a necessidade de

contrapor as duas correntes políticas com visões opostas sobre a forma de repartir a riqueza nacional – representadas pelos candidatos Lula e Geraldo Alckmin – num “debate franco, aberto e honesto”, por meio do qual a população pudesse melhor decidir seu voto.

– Esse é o tema da política que espero seja discutido num grande debate nacional no segundo turno das eleições.

Comportamento dos eleitores no primeiro turno das eleições é analisado em Plenário. Heloísa anuncia decisão do PSOL sobre segundo turno

Primeiro turno foi “teste de fogo” para a democracia, diz Jefferson

Ao discursar ontem em Plenário, Jefferson Péres (PDT-AM) comemorou o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais e disse que o pleito foi “um teste de fogo” para a democracia brasileira. Na opinião do senador, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tivesse sido eleito no primeiro turno, isso significaria que a população havia sancionado “os erros e desvios” do atual governo federal, e “as instituições republicanas estariam em perigo”. Jefferson assinalou que o segundo turno servirá para “baixar a arrogância” do presidente Lula.

– A grande maioria repudiou seu comportamento. Essa história de que ele era um mito blindado contra tudo desmoronou. Ele perdeu a eleição – afirmou.



Para Jefferson, o segundo turno servirá para “baixar a arrogância de Lula”

O senador sugeriu que Lula, durante os debates que antecedem o segundo turno eleitoral, peça desculpas pelos erros de seu governo e prometa fazer um governo diferente. Declarou ainda que Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à Presidência, também deve se comprometer a fazer um bom governo para o país.

Suplicy quer “debates de alto nível” entre os candidatos à Presidência

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem aos candidatos que disputarão as eleições em segundo turno que “façam debates de alto nível” e discutam propostas e programas para “a melhor construção do Brasil”. Ele ressaltou que os brasileiros merecem conhecer em detalhes os programas dos candidatos, “para uma boa escolha”.

O senador informou que a bancada do PT no Senado decidiu solicitar ao presidente do Partido dos Trabalhadores, Ricardo Berzoini, que “coopere para a rápida elucidação” do episódio da compra, por petistas, de um dossiê contra candidatos do PSDB.

Suplicy agradeceu aos eleitores de São Paulo pelos 8,9 milhões de votos que obteve e declarou ter ligado para seus adversários – embora ainda não tenha fala-



Suplicy agradeceu aos eleitores de São Paulo pelos 8,9 milhões de votos recebidos

do com todos os 18 candidatos – para cumprimentá-los pelo elevado nível das campanhas. O primeiro a receber o telefonema foi Guilherme Afif Domingos (PFL), que obteve 8,2 milhões de votos. Suplicy disse ainda que cumprimentou José Serra por sua eleição para o governo de São Paulo.

Heloísa: filiado do PSOL não pode declarar apoio a Lula ou a Alckmin

Nenhum filiado do PSOL, quer detenha cargo eletivo ou não, poderá dar declaração pública de apoio a qualquer dos dois candidatos à Presidência da República no segundo turno das eleições. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) informou que a decisão foi tomada por consenso em reunião da executiva do partido, realizada ontem. O partido não recomendará nenhum tipo de voto para os seus eleitores.

– Essa posição do PSOL já existia. Vim reforçá-la em função de algumas notinhas que saíram na imprensa. Nossos filiados têm o direito de fazer o que quiserem diante da urna. Agora, publicamente, não podem. Quem quiser publicamente dizer que vai votar em Geraldo Alckmin tem que ir para o PSDB. Quem quiser declarar apoio à reeleição do presidente Lula tem que ir para



Heloísa Helena divulga decisão tomada por consenso em reunião da executiva do partido

o PT – afirmou a senadora.

Heloísa Helena ressaltou que, depois de ter feito oposição durante oito anos ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao seu modelo de governo; de ter denunciado as contradições do governo Luiz Inácio Lula da Silva e os supostos envolvimento de governistas em escândalos; e de

ter combatido as candidaturas de Lula e de Geraldo Alckmin, não seria coerente de sua parte apoiar um ou outro candidato no segundo turno.

A senadora por Alagoas, que recebeu mais de 6,5 milhões de votos no primeiro turno da disputa pela Presidência da República, disse ter saído da campanha satisfeita por não ter feito parte de “nenhuma negociata ou balcão de negócios sujos”, e por não ter traído sua origem e convicções ideológicas. Por outro lado, a parlamentar confessou que a única frustração foi não ter podido debater com o presidente e candidato Lula.

– Ele ficou sentado no trono podre da corrupção e da arrogância política e não teve coragem de ficar perto de mim para me enfrentar, como era sua obrigação – observou.

Campanha da senadora é elogiada em Plenário

A atuação de Heloísa Helena no primeiro turno foi elogiada por diversos senadores. Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou o esforço da senadora para organizar um partido e levá-lo a um bom resultado eleitoral em poucos meses. Wellington Salgado (PMDB-MG) revelou que seu filho, de 16 anos, votou em Heloísa. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aplaudiu a luta da senadora na defesa de seus ideais e princípios.

Por sua vez, José Jorge (PFL-PE) constatou que hoje o país inteiro conhece Heloísa e sente admiração pelo trabalho realizado por ela. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ter ficado orgulhoso de

ter compartilhado a história dessa eleição com a senadora alagoana. Romeu Tuma (PFL-SP) informou que sua sogra também foi eleitora da candidata do PSOL à Presidência. Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou que a vaga de Heloísa Helena, cujo mandato se encerra nesta legislatura, seja preenchida pelo ex-presidente Fernando Collor.

Para o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a criação do PSOL significa que a esquerda brasileira não morreu. Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que Heloísa soube ser dura quando devia e afetuosa quando necessário durante a campanha. Efraim Morais

(PFL-PB) ponderou que os votos atribuídos à candidata Heloísa levaram a eleição presidencial ao segundo turno.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) valorizou o sacrifício de Heloísa Helena em lançar sua candidatura para consolidar o partido em vez de se candidatar a um cargo com melhores perspectivas de vitória. Demostenes Torres (PFL-GO) disse que a campanha de Heloísa não se resumiu ao debate sobre ética e honradez. Por fim, Marco Maciel (PFL-PE) previu que as sementes plantadas pela senadora durante a campanha frutificarão no futuro.

Marco Maciel destaca amadurecimento do eleitor brasileiro

Marco Maciel (PFL-PE) fez ontem algumas observações sobre o que chamou de “day after das eleições”. O senador assinalou o amadurecimento do eleitor brasileiro, constatado pela queda nos índices de abstenção e de voto nulo.

– Os brasileiros não se omitiram. Temos o terceiro maior

eleitorado do mundo, mas não deixamos de continuar aprimorando a prática democrática – afirmou.

Maciel disse que o comportamento eleitoral do primeiro turno das eleições também o faz pensar no dia seguinte ao segundo turno. Para ele, a primeira idéia deve obrigatoriamente ser discutir e

votar a reforma política, que o parlamentar prefere chamar de reformas institucionais por abranger mais e maiores questões, que precisam ser revistas.

O senador salientou que os fatos recentes, como o caso do dossiê contra o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, que seria comprado por petistas,

mostram “a necessidade de dar prosseguimento a essas reformas”. Entre elas, Maciel destacou o aperfeiçoamento do processo eleitoral, a regularização da prática do lobby, a modificação do instituto das medidas provisórias, a descentralização da Federação e a remoção das tensões no relacionamento entre os poderes.



Maciel defende reformas institucionais logo após o segundo turno eleitoral

Para o presidente do Senado, resultado das eleições mostrou que estava certa a ala do partido que decidiu não ter candidato próprio à Presidência da República

Para Renan Calheiros, PMDB sai fortalecido das urnas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, avaliou positivamente o desempenho do seu partido, o PMDB, nas eleições. Ele lembrou que a legenda ganhou sozinha a disputa para o governo em quatro estados, participou de coligações vitoriosas em outros seis e está indo para o segundo turno em mais seis. Além disso, frisou, o partido conseguiu garantir a maior bancada, tanto no Senado como na Câmara.

Renan observou que o partido conta com 13 senadores com mais quatro anos de mandato e elegeu outros quatro, totalizando 17. Ele acrescentou que, dependendo dos resultados do segundo turno, a legenda poderá ter mais dois senadores, no caso das vitórias da senadora Roseana Sarney (PFL-MA), na disputa para o governo de seu estado, e do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), candidato a vice-governador em Santa Catarina. Os suplentes de ambos são do PMDB.

Renan Calheiros disse que a bancada do PMDB no Senado



Partido ganhou sozinho a disputa para o governo em quatro estados, frisa Renan

“pode aumentar muito”, mas esse não é o objetivo imediato da agremiação. Para Renan, o resultado das eleições mostrou que estava certa a ala do PMDB que, na convenção do partido, decidiu não ter candidato próprio à eleição para presidente.

– O PMDB teve o melhor desempenho dos últimos tempos – afirmou, acrescentando que cada ala do partido deve manter sua posição, apoiando o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) ou o candidato à reeleição Luiz Inácio

Lula da Silva (PT).

Renan ainda lamentou a derrota do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que não conseguiu votos suficientes para se credenciar ao segundo turno. Disse também ter ficado feliz com o resultado em seu estado, com a “expressiva votação” do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB), governador eleito de Alagoas.

O presidente do Senado afirmou que vai fazer todo o possível para que o Senado prossiga seus trabalhos deliberativos antes do segundo turno das eleições. Segundo ele, as investigações das comissões parlamentares de inquérito não atrapalham o processo legislativo. Indagado se o processo contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) deveria ser engavetado, uma vez que ele não se reelegeu, Renan respondeu:

– A isenção do Congresso em relação a investigações fez com que coisas antes consideradas normais, como mordomia, engavetamento e corporativismo, deixassem de existir.



Antero fala sobre suposta ligação entre campanha de Lula e compra de dossiê

tro da Casa Civil José Dirceu, e Marcos Valério, empresário acusado de participar do esquema do mensalão.

Fizeram apartes ao discurso de Antero Paes de Barros os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Leonel Pavan (PSDB-SC) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Tião Viana é o mais votado em termos proporcionais

Dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam o senador Tião Viana (PT-AC), que concorreu à reeleição pela coligação entre seu partido e PP, PL, PRTB, PMN, PSB e PCdoB, como o candidato ao Senado mais bem votado em termos proporcionais, tendo obtido 88,76% dos votos válidos do Acre. Em segundo ficou o ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB), com 75,82%, e em terceiro, João Vicente Claudino (PTB-PI), com 65,44%.

Já em termos absolutos o primeiro colocado foi Eduardo Suplicy (PT), com 8.986.803 votos de São Paulo (estado com o maior colégio eleitoral do país), seguido



Tião Viana recebeu 88,76% dos votos válidos. Perillo foi o segundo no ranking

de Eliseu Resende (PFL), com 5.055.492 votos em Minas Gerais, e de Francisco Dornelles (PP), com 3.373.731 votos no Rio de Janeiro.

Com apuração rápida, país conhece os eleitos em menos de 24 horas

As eleições de 2006 tiveram o menor índice de abstenção, se comparadas com os últimos pleitos. No primeiro turno, deixaram de votar 21.092.511 cidadãos, ou seja, 16,75% do eleitorado brasileiro. A apuração dos votos também foi a mais rápida das realizadas: às 14h55 da segunda-feira, menos de 24 horas após o término da votação, os resultados estavam totalizados, de acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O tribunal estima que este ano tenham sido totalizados 4.900 votos por segundo. Do eleitorado de quase 126 milhões de pessoas, compareceram às urnas mais de 104,8 milhões (83,25%). Foram considerados válidos 95.996.733 votos (91,58%). Votaram em branco 2,866 milhões de eleitores (2,73%) e outros 5,957 milhões anularam seu voto (5,68%).

O TSE registrou em 2005, no referendo do desarmamento, 21,85% de ausência às urnas. Nas eleições de 2002, o índice de abstenção no primeiro turno também foi superior ao deste ano

– 17,74%; e no segundo turno, chegou a 20,47%. O tribunal registra ainda dados comparativos do ritmo da apuração, revelando que, em 2002, a totalização da contagem em todo o país ocorreu apenas na terça-feira, às 8h12. Nas eleições municipais de 2004, a apuração dos 100% dos votos foi concluída na segunda, às 20h16.

Segundo turno

A propaganda eleitoral do segundo turno no rádio e na televisão deve recomeçar no dia 12 de outubro. Os candidatos à Presidência terão dez minutos por período de veiculação, ou 20 minutos por dia, mais inserções. O Tribunal Superior Eleitoral ainda não definiu o plano de mídia com informações como a ordem de apresentação dos candidatos e o horário das inserções. Os candidatos que disputam o segundo turno para os governos do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Goiás e Pará terão dez minutos cada um para apresentarem suas propostas.

Antero critica defesa que Lula apresentou ao TSE sobre dossiê

Citando o *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) criticou ontem, em Plenário, a defesa que o presidente da República entregou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no processo que investiga se a campanha eleitoral de Lula está envolvida com a tentativa de compra do dossiê.

Um dos argumentos apresentados na defesa é que o dossiê em questão seria utilizado contra José Serra (PSDB), candidato recém-eleito ao governo do estado de São Paulo, e, por isso, não interessaria a Lula, que pleiteia um novo mandato como presidente.

– Essa defesa chega a ser cínica de tão parva que é em seus argumentos – declarou Antero, reproduzindo as palavras do jornalista.

Polícia Federal

O senador também fez críticas à atuação da Polícia Federal nos escândalos que envolvem o governo federal.

– Que a Polícia Federal tem prendido muita gente é verdade. Mas também é verdade que a instituição tem sido impedida de agir de forma republicana – disse Antero, mencionando as investigações sobre Waldomiro Diniz, ex-assessor do ex-minis-

A exemplo do que ocorreu no Brasil, o resultado das eleições para presidente da República no exterior indicou segundo turno entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin. Mas as coincidências param por aí. Se, no Brasil, o presidente

Lula obteve uma votação maior (48,61% dos votos válidos) que a do ex-governador Alckmin (41,64% dos votos válidos), o quadro se inverteu no exterior: com relação aos votos válidos, Alckmin conquistou 44,82%, enquanto Lula recebeu 39,80%.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 86.360 brasileiros estavam aptos a votar nas 315 seções de votação espalhadas por 93 países. O total de votos registrados chegou a 41.388, considerando-se válidos 39.077.

No exterior, Geraldo Alckmin teve 17.513 votos contra 15.551 votos dirigidos a Luiz Inácio Lula da Silva. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) ficou em terceiro lugar, conquistando 3.294 votos (8,43% dos votos válidos).

.....
**No exterior,
Alckmin tem mais
votos que Lula**

Incentivo a doação para assistência social em análise

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá analisar hoje, a partir das 9h30, diversos projetos de lei em decisão terminativa, entre eles o que prevê a concessão de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas em troca de doações destinadas à assistência e à promoção social (PLS 383/03). De autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a proposição conta com parecer favorável do relator, Luiz Pontes (PSDB-CE).

Na pauta de 15 itens da comissão, também figura projeto de lei de Ney Suassuna (PMDB-PB) que prevê a liberação seletiva do controle de preços de medicamentos pertencentes a categorias que estejam inseridas em condições favoráveis de competição. A matéria (PLS 28/06) recebeu parecer favorável do relator, Romeu Tuma (PFL-SP).

Anencéfalos e FGTS

A comissão também deverá apreciar projeto de lei com o objetivo de permitir a remoção de tecidos, órgãos ou partes do corpo de doador anencéfalo para transplante (PLS 405/05). A matéria é de autoria de Serys Slhessarenko (PT-MT) e recebeu parecer favorável do relator, Augusto Botelho (PDT-RR). “A anencefalia é uma grave má-formação fetal incompatível com a manutenção da vida extra-uterina por mais do que algumas horas. Apenas em raras ocasiões, o tempo de sobrevivência ultrapassa os três dias”, explica o relator.

Outra proposta que deve ser apreciada pela CAS acrescenta à lei que rege o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dispositivo para permitir que o trabalhador possa movimentar os recursos de sua conta vinculada ao fundo no caso de abertura de microempresa (PLS 131/99). A proposição é de autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O relator, Paulo Paim (PT-RS), apresentou parecer favorável e emenda determinando que o valor a ser movimentado deverá oscilar entre R\$ 6.143,38 e R\$ 12.286,75.

Na reunião, também poderá ser apreciado projeto de lei do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que prevê isenção parcial de contribuição previdenciária durante três anos, contados da publicação da norma, para empresas que adotarem turno extra de trabalho que implique acréscimo mínimo de 60% no número de empregados contratados. A proposta (PLS 334/03) conta com parecer favorável do relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Receita pode ser obrigada a devolver no mesmo ano da declaração o imposto pago a mais pelo contribuinte

Restituição do IR pode ter nova regra

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 41/04, que obriga o governo a devolver o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) retido a mais na fonte no mesmo ano da entrega da declaração. Segundo o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), não foram apresentadas emendas na segunda votação.

Pelo substitutivo do relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o governo fica dispensado da imposição quando o contribuinte entregar ou retificar a declaração depois do prazo estipulado pela Receita Federal. Também ficarão de fora os contribuintes em cujas declarações forem detectados indícios de irregularidades.

O autor do projeto, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), afirma que a Lei 9.250/95, que altera a le-

gislação do IR, ao mesmo tempo em que fixa prazo para o pagamento de diferença de valor em favor do fisco, é omissa quando se trata da restituição de valores pagos a maior pelo contribuinte. Para o senador, a restituição no ano seguinte ao da declaração representa “autêntico empréstimo compulsório”, instituído sem base constitucional.

– Tal anomalia tem causado sérios prejuízos aos contribu-

tes, que, muitas vezes, embora credores da Receita, são obrigados a pagar juros extorsivos oferecidos pelas instituições bancárias para fazer face a seus compromissos financeiros. Além disso, é moralmente injustificável que o governo possa utilizar dinheiro que não lhe pertence, retendo indefinidamente restituições como forma artificial de construção de superávit primário – justificou Tourinho.

CAE autoriza empréstimo para financiar Pará Rural

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, em regime de urgência, mensagem presidencial solicitando autorização para o estado do Pará contrair empréstimo externo no valor de até US\$ 60 milhões. Os recursos serão usados para o financiamento parcial do programa Pará Rural, de incentivo ao pequeno agricultor. A matéria segue agora para votação do Plenário.

O programa, destinado a atender famílias de baixa renda, prevê a implantação de projetos para incentivo à produção agrícola e à gestão ambiental e fundiária. Os recursos, a serem contratados junto ao Banco Mundial (Bird), também serão aplicados na melhoria da pecuária, em assistência técnica e no incentivo ao turismo ecológico.

Joinville

Na mesma reunião, a CAE aprovou mensagem do Executivo que autoriza a prefeitura de Joinville (SC) a contratar empréstimo externo no valor de até US\$ 11,8 milhões, para financiamento parcial do programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde, que visa acelerar o desenvolvimento sustentável de Joinville a partir da implantação de um eixo viário estrutural, além da consolidação de uma rede de parques.

A operação de crédito será realizada junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). A mensagem também depende de votação do Plenário.



CAE acata autorizações de empréstimo para o Pará e de contratação de operação, no âmbito do Clube de Paris, no valor de US\$ 151,953 mi

Comissão aprova operação financeira com a Nigéria

Foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos autorização para contratação de operação financeira entre o Brasil e a Nigéria no valor de US\$ 151,953 milhões, referente a contrato bilateral de reestruturação da dívida externa daquele país, assinado no âmbito do Clube de Paris. A mensagem presidencial (MSF 216/06) ainda será votada pelo Plenário. O relator é Ney Suassuna (PMDB-PB).

O assunto, conforme explicações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, encaminhadas ao Senado, já foi examinado várias vezes pelo Clube de Paris e, em 20 de outubro de 2005, o governo nigeriano, em reunião com membros do organismo e países credores convidados, inclusive o Brasil, firmou ata de entendimen-

tos estabelecendo condições financeiras gerais dos contratos a serem celebrados com os credores.

Segundo Mantega, a assinatura de contrato bilateral com o Brasil relativo à reestruturação da dívida “foi uma vitória em vários sentidos”. Como exemplos desse sucesso, foram destacados os seguintes pontos: o Brasil conseguiu manter-se no rol dos credores com a Nigéria no âmbito do Clube de Paris; o país africano antecipou pagamento, no valor de US\$ 14,896 milhões, referente a uma conta especial junto ao BIS (Bank for International Settlements); e a Nigéria também já efetuou depósito concernente ao montante negociado em favor do Brasil em uma conta especial junto ao BIS.

A matéria foi examinada pri-

meiramente no dia 5 de setembro pela CAE, mas, na ocasião, foi concedida vista ao senador César Borges (PFL-BA).

A comissão aprovou também parecer de César Borges rejeitando o Projeto de Lei 195/04, de autoria do então senador João Capiberibe (PSB-AP), estabelecendo que, na oferta e apresentação de produtos ou serviços, o preço deve ser informado sem considerar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e os demais tributos sobre eles incidentes.

Os senadores da CAE aprovaram o parecer do relator e, dessa forma, o projeto foi rejeitado. Embora a proposta tenha seu mérito, é inoportuna do ponto de vista prático e, portanto inexecutável, segundo César Borges.

Jefferson Péres salienta que o fato de o senador paraibano não ter sido reeleito não modifica em nada o seu parecer

Relatório sobre Suassuna será lido hoje

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do processo disciplinar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), confirmou para hoje, às 10h, a leitura do seu relatório conclusivo sobre o caso. Em entrevista ontem à Agência Senado, Jefferson voltou a afirmar que, mesmo que haja apenas um senador presente à reunião do Conselho de Ética, não adiará mais uma vez a leitura do seu parecer, como fez no último dia 20. Na ocasião, ele argumentou que a discussão de um assunto “tão importante não poderia ser feita sem a presença da maioria dos membros do conselho”.

Otimista, o relator disse esperar que haja pelo menos o quórum mínimo de oito dos 15 membros do colegiado, o que



“Nesta semana vai dar quórum”, afirma Jefferson (à esq., ao lado de João Alberto)

permitirá a votação do relatório na mesma reunião.

– Na próxima semana, provavelmente iniciaremos um novo recesso branco devido ao segundo turno das eleições, mas nesta semana vai dar quórum – acredita Jefferson Péres.

Ney Suassuna está sendo in-

vestigado pelo Conselho de Ética porque teve seu nome citado no relatório parcial da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas por conduta incompatível com o decoro parlamentar. No entendimento dos membros da CPI, há indícios de que o senador pela Paraíba tenha

Geraldo Mesquita

participado da chamada máfia das ambulâncias – esquema de fraudes criado com o objetivo de utilizar irregularmente recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias destinadas a municípios com preços superfaturados.

Sem mudanças

Segundo Jefferson Péres, o fato de Suassuna não ter sido reeleito para o Senado não modifica em nada o seu relatório. O parecer que apresentará pode sugerir a cassação do mandato, a aplicação de uma punição mais branda ou ainda o arquivamento do processo, se entender que não houve quebra de decoro parlamentar.

– Ele [Ney Suassuna], eleito ou não, não muda uma linha sequer do meu parecer, que já está pronto desde a semana passada – assinalou o relator.

Senador diz que foi alvo de “artilharia pesada” da imprensa

Ney Suassuna, que não obteve êxito na tentativa de reeleição, acusou, ontem, “alguns setores da imprensa” de torná-lo alvo de “pesada artilharia”, citando especialmente a TV Globo, que teria decretado a sua perda de mandato às vésperas da eleição do último domingo. Ele também criticou o “triste papel” de alguns membros da CPI dos Sanguessugas. Para o senador, a comissão atuou como um tribunal do Santo Ofício.

– Desde maio, fui massacrado pelos principais jornais e televisões do país e, claro, esse massacre se refletiu nas urnas. A Rede Globo de Televisão, ao informar, em horário nobre, para 95% dos lares brasileiros, que a votação [do parecer do relator] não pôde ser realizada, escamoteou o fato de que o parecer não foi sequer lido, nem dada publicidade do seu conteúdo, a pedido do relator, e destacou como manchete, em alto e bom som, que o parecer de Jefferson Péres pediria a minha cassação – assinalou.

Suassuna afirmou ainda ter experimentado traições de antigos companheiros e também de líderes políticos jovens que ajudou a projetar no cenário político paraibano. Ele frisou que o seu adversário na Paraíba, o senador eleito Cícero Lucena (PSDB-PB), foi julgado e condenado a ressarcir os cofres públicos por desvio de recursos na chamada Operação



Suassuna reclama também do “triste papel” de alguns membros da CPI

Confraria, “recursos esses que hoje, certamente, fazem falta nas escolas, nos hospitais e na mesa dos paraibanos”.

Em aparte, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que Suassuna havia sido condenado antes de ser julgado. Ele lembrou que o senador paraibano teve a gentileza de convidá-lo para saraus e jantares que realizava em sua residência e, embora nunca tenha aceitado, Suassuna sempre reiterava os convites.

– Alguns que costumavam frequentar os saraus na sua residência talvez por covardia agora lhe viram as costas – observou.

Ney Suassuna ressaltou que não se arrepende da “doação incondicional e irrestrita” em 12 anos de mandato dedicados à Paraíba e que, se tivesse “mais tempo, mais vida e mais chance, faria tudo de novo”.

Roosevelt Pinheiro

CPI pode investigar dossiê em Cuiabá e São Paulo

Membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas poderão ir a Cuiabá e a São Paulo, de acordo com a secretaria da CPI, para buscar, na Polícia Federal desses estados, maiores informações a respeito das investigações sobre o dossiê que supostamente liga o governador eleito de São Paulo, José Serra, e o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, à máfia das ambulâncias. Os documentos – que seriam vendidos a pessoas ligadas ao PT por R\$ 1,7 milhão – foram entregues pela Polícia Federal à comissão no dia 22 do mês passado.

A decisão sobre a viagem da comitiva deverá ser definida na reunião da CPI prevista para hoje, a partir das 10h. O presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), informou que apresentará o dossiê ao colegiado e que vai sugerir ao relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), a criação de sub-relatoria com a finalidade de analisar o conteúdo dos documentos e o suposto envolvimento de integrantes do PT na tentativa de compra do dossiê.

Hoje, os trabalhos da CPI dos



Convocação de ex-ministros tornou-se necessária após dossiê, opina Biscaia

Sanguessugas começarão com reunião administrativa. Em seguida, o colegiado examinará mais de 130 requerimentos, entre eles os que pedem a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de várias pessoas e os que sugerem a convocação de depoentes.

Por proposta do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), os ex-ministros da Saúde Humberto Costa e Saraiva Felipe devem ser convocados a prestar esclarecimentos sobre fatos relacionados à máfia das ambulâncias ocorridos durante o período em que estiveram à frente do ministério. Também o ex-ministro da Saúde e atual prefeito de São Paulo, José Serra, poderá ser convocado, de acordo com requerimento do deputado Dr. Rosinha (PT-PR). Na opinião do presidente da comissão de inquérito, a convocação dos ex-ministros, depois do episódio do dossiê, tornou-se necessária.



Márcia Kolumbe

Demostenes: integrantes dos conselhos de Ética devem cumprir o seu papel

“As urnas não absolvem ninguém”, afirma Demostenes

Demostenes Torres (PFL-GO) disse ontem que o fato de um parlamentar ter sido reeleito ou ter perdido a eleição não deve interferir no julgamento que os conselhos de Ética do Senado e da Câmara dos Deputados venham a fazer sobre o comportamento deles. Demostenes, que é relator do processo que corre contra o senador Magno Malta (PL-ES) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por suposto envolvimento com a máfia das ambulâncias, disse esperar que tanto as duas Casas do Congresso quanto a população e a imprensa mantenham o interesse na punição de quem tiver burlado a lei.

– As urnas não absolvem ninguém – declarou Demostenes em entrevista coletiva.

O senador explicou que, do ponto de vista jurídico, crimes e outras infrações cometidas em um mandato podem ser julgados em mandatos seguintes, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Do ponto de vista político, ele mostrou-se esperançoso de que a derrota de candidatos à reeleição não seja vista como uma oportunidade para os congressistas “perdoarem” colegas processados. Essa tendência teria como fontes uma natural desmobilização como também um interesse de correligionários, visando à preservação dos direitos políticos dos acusados, o que poderia facilitar a volta deles ao Parlamento – ou a candidatura a outros cargos – em eleições futuras.

Demostenes Torres analisou a reeleição de parlamentares processados como fruto da “falta de esclarecimento de um eleitorado com baixa escolaridade e carente de dádivas imediatas”. Esses cidadãos muitas vezes se deixam sensibilizar por promessas de curto prazo, na opinião do senador, mas os integrantes dos conselhos de Ética devem cumprir o seu papel, mesmo que isso leve a cassações e perda de mandatos.